



A DESCONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE TRABALHADOR: DA SUBJETIVIDADE INDIVIDUAL A GLAMURIZAÇÃO GERENCIALISTA

Erivaldo Cavalcanti e Silva Filho¹

Marcela Dorneles Sandrini²

Priscila Krys Morrow Coelho de Souza³

Resumo:

Em Ética a Nicômaco, Aristóteles pregava que todo o conhecimento e todo trabalho do homem visavam algum bem. Mas, o que seria esse bem? Até que ponto a sua busca torna o trabalhador vulnerável e totalmente submisso aos anseios da classe dominante? O artigo tem por objetivo demonstrar no que consiste a subjetividade dos trabalhadores; como esta galgou de um conceito individualista e impregnado de interioridade psicológica para uma acepção mais abrangente, que acabou representando um mecanismo de poder; como a análise do discurso impulsionou os mecanismos de poder utilizados pela classe dominante para inserir uma cultura de normopatia – glamourização dos altos cargos. Diante da globalização econômica, da transformação dos meios de produção e do avanço acelerado da ciência e da tecnologia, torna-se imprescindível um debate mais acalorado quanto ao assujeitamento do trabalhador frente às mudanças. Com base na pesquisa de campo desenvolvida, de caráter qualitativo, por meio da análise de entrevistas, espera-se, como o período da Pandemia do COVID 19 agravou ainda mais a subjetividade do trabalhador e como as abruptas legislações de vigência temporária os afetaram com altos cargos.

Palavras-chave:

¹ Professor dos Programas de Mestrado em Direito Ambiental da Universidade do Estado do Amazonas (PPGDA-UEA), do Mestrado em Constitucionalismo e Direitos na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas (PPGDir-UFAM) e Pesquisador Sênior do Labtass/ILMD/Fiocruz Amazônia. Membro do Grupo de Estudos de Direito de Águas (GEDA/UEA) e do Núcleo de Pesquisa em Direito de Águas (NPDA/UFAM).

² Mestranda em Constitucionalismo e Direitos na Amazônia do Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGDir) da Universidade Federal do Amazonas – UFAM

³ Mestranda em Constitucionalismo e Direitos na Amazônia do Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGDir) da Universidade Federal do Amazonas – UFAM





Subjetividade no conceito de trabalhador, Glamourização hierárquica, Globalização econômica.

THE DECONSTRUCTION OF THE WORKER CONCEPT: FROM INDIVIDUAL SUBJECTIVITY TO MANAGERIAL GLAMURIZATION

Abstract:

In Nicomachean Ethics, Aristotle preached that all knowledge and all work of man was aimed at some good. But what would that good be? To what extent does the incessant search for this good make the worker vulnerable and totally submissive to the desires of the ruling class? The article aims to demonstrate what the subjectivity of workers consists of; how subjectivity rose from an individualistic concept impregnated with psychological interiority to a broader meaning, which ended up representing a mechanism of power; how Discourse Analysis boosted the mechanisms of power used by the ruling class to insert a culture of normopathy – glamorization of high office. In the face of economic globalization, the transformation of the means of production and the accelerated advance of science and technology, a more heated debate on the subjection of the worker in the face of changes becomes indispensable. Based on the field research developed, of a qualitative nature, through the analysis of interviews, it is expected to demonstrate how the period of the Pandemic further aggravated the subjectivity of the worker and how the abrupt legislation of temporary validity aggressively affected the workers with high positions.

Keywords:

Subjectivity in the concept of worker, Hierarchical glamour, economic globalization.

Introdução

É fato incontroverso que o indivíduo que não se adapta às mudanças tende a sucumbir. As inovações tecnológicas, o mercado e a mídia pregam uma cultura da busca incessante pela felicidade. Mas o que seria essa felicidade? É algo palpável e absoluto? Como este círculo vicioso submete o ser humano a qualquer condição de trabalho, desde que se mantenha em seu cargo? Como tais fatores de assujeitamento do trabalhador são mormente agravados?





Partindo destes questionamentos é que adveio a escolha do tema para o presente artigo. Motivados justamente pelo inconformismo com que a pós-modernidade vem encarando as relações de trabalho, em total açoitemento dos direitos fundamentais de grande parte dos indivíduos.

Assim, inicialmente será verificado em que consiste a subjetividade dos trabalhadores; como o tema, mesmo que timidamente, vem ganhando espaço e o quão se faz necessário tal debate na atualidade. Como o assujeitamento sofreu mudanças estruturantes, passando de mera interioridade psicológica para um fenômeno com diversas acepções.

Em seguida serão apresentados os reflexos do conceito moderno de subjetividade e a análise do discurso no estilo de vida gerencialista, perpassando os conceitos dos principais institutos.

Com base nas definições acima, será possível elaborar uma análise pormenorizada do agravamento dessa condição de assujeitamento em meio a Pandemia do COVID 19, sendo apresentadas as vulnerabilidades do trabalhador, principalmente para aqueles que detém altos cargos.

A relevância da pesquisa para a sociedade é indubitável, considerando que os resultados permitirão uma reflexão aprofundada da existência ou a negativa desta suposta subjetividade dos trabalhadores e como os efeitos dessa condição podem ter tomado proporções desastrosas, custando a saúde ou a vida digna de muitos trabalhadores.

A metodologia utilizada baseou-se na pesquisa de campo de caráter qualitativo, por meio da análise de entrevistas e da literatura posta.

2. A SUBJETIVIDADE INDIVIDUALIZADA E A DESCONSTRUÇÃO DO CONCEITO TRADICIONAL

Por muito tempo a subjetividade foi associada à interioridade psicológica, sendo, muitas das vezes, tomada como elemento indissociável, em uma perspectiva limitada.

No entanto, essa subjetividade individualizada passou por transformações em seu eixo central, quando filósofos passaram a questionar o seu conceito atrelado simplesmente ao conceito etimológico tradicional hegemônico vigente.



O sujeito, nas palavras de Fontanier (2007, *apud* Ferreira Neto 2017), em uma acepção etimológica, advém do latim “*subjectum*” particípio passado passivo neutro, substantivado, do verbo *subjicere* = lançar, colocar sob [...] coisa ou substância sujeita à predicação, entendido como aquilo que subjaz, substrato ou fundamento sobre o qual incidem as predicacões.

No entanto, não era mais sob este aspecto que se buscava permear a estrutura do fenômeno da subjetividade.

Ferreira Neto (2011) dispõe acerca dessa mudança de paradigmas

“A concepção de subjetividade associada à interioridade psicológica, à vida íntima e privada, sofreu abalos, e passou a ser problematizada através de um permanente debate que extrapola o campo disciplinar da psicologia para se estender junto às ciências humanas e sociais. A identificação classicamente estabelecida entre a subjetividade e interioridade vai perdendo sua consistência, exigindo outras problematizações que pensem a noção de subjetividade para além da interioridade psicológica.” (Ferreira Neto, 2011, p. 03)

Para Mansano (2009) a subjetividade não era passível de totalização ou de centralização no indivíduo. Desta feita, não haveria como remeter a subjetividade apenas a questões intrínsecas ligadas ao interior do ser humano.

A concepção tradicional de subjetividade ganhou ampla aceitação com o pensamento de Descartes (1983), no século XVIII, que dentre seus pilares remetia a condição de sujeito como “coisa pensante”, promovendo um dualismo entre “sujeito (interioridade) - objeto (mundo material)” (Ferreira Neto, 2011).

Foi a partir desse dualismo que se iniciou o entendimento de que a subjetividade estava ligada a interioridade. Ferreira Neto (2011) inclusive considerou o dualismo cartesiano como a principal razão da psicologia não ter se desenvolvido como ciência social e ter operado uma “individualização social”.

Foi a partir desta perspectiva que surgiu o pensamento de Foucault como uma crítica radical do sujeito tal como ele é entendido pela filosofia “de Descartes a Sartre”, isto é, como consciência solipsista e a-histórica, auto-constituída e absolutamente livre. (Revel, 2005).

Mansano (2009) retrata as ideias de Guattari a respeito desse rompimento com os ideais tradicionais de subjetividade



“[...] vemos que a subjetividade é por ele compreendida como um processo de produção no qual comparecem e participam múltiplos componentes. Esses componentes são resultantes da apreensão parcial que o humano realiza, permanentemente, de uma heterogeneidade de elementos presentes no contexto social. Nesse sentido, valores, ideias e sentidos ganham um registro singular, tornando-se matéria prima para expressão dos afetos vividos nesses encontros. Essa produção de subjetividades, da qual o sujeito é um efeito provisório, mantém-se em aberto uma vez que cada um, ao mesmo tempo em que acolhe os componentes de subjetivação em circulação, também os emite, fazendo dessas trocas uma construção coletiva viva.” (Mansano, 2009, p. 111).

Revel (2005) conclui que se trata de “pensar o sujeito como um objeto historicamente constituído sobre a base de determinações que lhes são exteriores” tratando-se de analisar o sujeito dentro de uma certa época, a partir das teorias do sujeito como um ser vivo, falante e trabalhador.

Revel (2005), essa ótica ganha palco com o fenômeno da desconstrução da subjetividade, surgindo Foucault com três modos de subjetivação:

"os diferentes modos de investigação que buscam atingir o estatuto de ciência!" como a objetivação do sujeito falante na gramática ou na lingüística, ou ainda aquela do sujeito produtivo na economia e na análise das riquezas; as "práticas divisoras", que dividem o sujeito no interior dele mesmo (ou em relação aos outros sujeitos) para classificá-lo e fazer dele um objeto - como a divisão entre o louco e o são de espírito, o doente e O homem saudável, o homem de bem e o criminoso etc.; enfim, a maneira pela qual o poder investe o sujeito ao se servir não somente dos modos de subjetivação já citados, mas também ao inventar outros: é todo o jogo das técnicas de governamentalidade. Num segundo momento, a questão de Foucault parece e inverter: se é verdade que os modos de subjetivação produzem ao objetivá-los, algo como sujeitos, como esses sujeitos se relacionam consigo mesmos? Quais os procedimentos o indivíduo mobiliza a fim de se apropriar ou se de se reapropriar de sua relação consigo?" (REVEL, 2005, p. 82-83).

Em uma entrevista denominada “sujeito e poder” Foucault esclarece suas reais intenções com relação à análise atmosférica da subjetividade

Eu gostaria de dizer, inicialmente, qual foi o objetivo do meu trabalho nos últimos vinte anos. Não foi analisar o fenômeno do poder nem elaborar os fundamentos de tal análise. Meu objetivo, ao contrário, foi criar uma história dos diferentes modos pelos quais, em nossa cultura, os seres humanos tornam-se sujeitos. (Foucault. in: Rabinow&Dreyfus,1995, p.231).

Da análise dos pensamentos de Foucault verificou-se uma modificação nos modos de subjetivação, uma vez que o mesmo começou a se pautar no historicismo – o que resultou em diferentes configurações que cooperam para produzir formas de vida e formas de organização social distintas.



Nas palavras de Ferreira Neto (2011) a primeira das versões passou a trabalhar a relação entre a exterioridade e a interioridade, entendendo que a subjetividade era formada com base nas influências sociais. Assim, haveria um espaço interior influenciado, ou mesmo formado, pelo espaço social ou cultural; não se identificando, na verdade, um determinismo social, mas sim uma conexão com os processos sociais, culturais, econômicos, tecnológicos.

Foucault (1995) *apud* Mansano (2009) explicita as mudanças políticas e como estas puderam impactar nos modos de subjetivação:

(. . .) contra as formas de dominação (étnica, social e religiosa); contra as formas de exploração que separam os indivíduos daquilo que eles produzem; ou contra aquilo que liga o indivíduo a si mesmo e o submete, deste modo, aos outros (lutas contra a sujeição, contra as formas de subjetivação e submissão). (Foucault, in: Dreyfus & Rabinow, 1995, p. 235)

É com base nessa alteração que surgem as correntes voltadas para os questionamentos e resistências às ações políticas e o individualismo que se prega na vida das pessoas.

Judith Revel (2005) reverbera que para Foucault esse lugar inassinalável da subjetividade em movimento foi fruto das determinações históricas e do trabalho sobre si, e nessa dupla ancoragem que se enlaçava o problema da resistência subjetiva das singularidades: o lugar de invenção do “Ser” não estava no exterior da grade do saber/poder, mas na sua porção íntima.

Assim, novas formas de subjetividade foram surgindo, a partir de diferentes análises. O sujeito de desejo não era universal, mas uma construção histórica (Ferreira Neto, 2011).

Segundo Ferreira Neto (2017) foi a partir de 1978 que a noção de governamentalidade ou de governo passou a ocupar uma posição central nas pesquisas de Foucault, onde mencionava-se a subjetividade não apenas como submetimento, mas também como um modo de contra conduta ao poder pastoral, cuja ação paradoxalmente possibilitava um apetite por resistência, uma busca de como se tornar sujeito sem se tornar “assujeitado”. Assim, ele antecipa dois sentidos para a subjetivação sobre o poder pastoral. O primeiro, com a constituição de um sujeito que é subjetivado pela extração da verdade que lhe é imposta (2008).

O segundo, decorrente do primeiro, aponta como essa ação individualizante do poder pastoral possibilitou um “formidável” apelo de “como se tornar sujeito sem ser sujeitado”; ou



seja, Foucault demonstra a diferença da subjetivação com a sujeição e, como resistência às práticas de governo.

Na análise do discurso, a dimensão de análise não fora diferente. Para se estudar o sentido é preciso compreender a dialética entre significado (socialmente instituído e constituído) e o sentido (socialmente produzido a partir dos significados, mas também das interações no contexto); assim, também não há como entender a dialética de um modo uniforme e descompassado.

Pêcheux *apud* Caregnato, Mutti (2006) deixa claro o parâmetro da análise do Discurso, dispondo que

“A AD não é uma metodologia, é uma disciplina de interpretação fundada pela intersecção de epistemologias distintas, pertencentes a áreas da lingüística, do materialismo histórico e da psicanálise.”

[...]

“Portanto, como se verifica nas colocações de Pêcheux, a AD entende que “todo dizer é ideologicamente marcado”. Nesse contexto o sujeito não é individual, **é assujeitado ao coletivo**, ou seja, **esse assujeitamento ocorre no nível inconsciente, quando o sujeito se filia-se ou interioriza o conhecimento da construção coletiva**, sendo porta-voz daquele discurso e representante daquele sentido. Entende-se como assujeitamento em AD o “[...] movimento de interpelação dos indivíduos por uma ideologia, condição necessária para que o indivíduo se torne sujeito do seu discurso ao, livremente, **submeter-se às condições de produção impostas pela ordem superior estabelecida, embora tenha ilusão de autonomia**”. (Caregnato; Mutti, 2006, p. 680).

Eis a importância do entendimento da subjetividade e da análise do discurso perante a sociedade moderna, que impregna os sujeitos de valores e conceitos para assujeitar os trabalhadores de forma mascarada, dando uma falsa percepção da realidade, bem como uma falsa noção de subjetividade.

3. REFLEXOS DO CONCEITO MODERNO DE SUBJETIVIDADE E ANÁLISE DO DISCURSO NO ESTILO DE VIDA GERENCIALISTA



Foi a partir dessa noção de que haveria diferentes tipos de subjetividades – mais precisamente com as pesquisas de Foucault, insurgidas também dos ideais Nietzscheanos – que se passou a questionar os modelos até então adotados nas sociedades modernas.

Pela análise do discurso se projeta uma nova visão do estilo de vida na sociedade gerencialista.

Caregnato, Mutti (2006) retrata o sentido e a fórmula trabalhada na Análise do Discurso, veja-se:

A AD trabalha com o sentido e não com o conteúdo do texto, um sentido que não é traduzido, mas produzido; pode-se afirmar que o corpus da AD é constituído pela seguinte formulação: ideologia + história + linguagem. **A ideologia é entendida como o posicionamento do sujeito quando se filia a um discurso**, sendo o processo de constituição do imaginário que está no inconsciente, ou seja, o sistema de ideias que constitui a representação; a **história representa o contexto sócio-histórico** e a **linguagem é a materialidade do texto gerando “pistas” do sentido que o sujeito pretende dar.** (Caregnato; Mutti, 2006, p. 680)

A análise do discurso, portanto, representa uma busca além do texto; são representações advindas de sentidos anteriormente perpassados ou vivenciados – trazendo um interdiscurso impregnado de conceitos objetivos de uma coletividade – mas que criam uma falsa ilusão de autonomia e independência, quando na verdade é fruto de uma memória coletiva (Caregnato, Mutti, 2006).

Daí o porquê de Lefebvre (1999) *apud* Ferreira Neto (2011) expor acerca da importância de se analisar a relação entre o espaço urbano e os processos de subjetivação.

Ferreira Neto (2011) retrata a possibilidade de assujeitamento partindo dos modelos desenvolvidos:

“Nesse caminho da produção de modos de subjetivação no espaço urbano, não possuímos nenhuma garantia de avanço ou evolução. Podem advir **subjetivações constituídas por práticas de assujeitamento ao atual capitalismo de sobreprodução**, do tipo “sujeito consumidor” ou, como prefere Foucault, “sujeito competitivo” que autoinveste no incremento de seu “capital humano”, na medida em que o maior impacto do mercado na sociedade produz não uma sociedade supermercado, mas uma sociedade empresarial”(Foucault, 2008, p. 201). Sua lógica é fortalecer não o homem consumidor, mas o homem empresa, empresário de si mesmo, cujas despesas na formação devem ser vistas como investimento para aumento de seu capital humano. De qualquer modo, o capitalismo neoliberal traz em seu bojo uma arte de governar a um modo de produção de subjetividades.” (Ferreira Neto, 2011, p.9).



Gaulejac (2007) vai além ao dispor que indivíduo é produto de uma história na qual torna-se sujeito. No entanto, a criação deste sujeito contemporâneo na sociedade líquido-moderna torna-se cada vez mais exigente, tendo reflexos evidentes na vida dos trabalhadores, considerando que são incutidas nos ideais da humanidade mudanças no curso do trabalho, pregando a normalidade em determinadas situações que impactam negativamente a saúde do trabalhador. Daí os inúmeros questionamentos: até que ponto essas representações são livres e autônomas, distantes dos interesses da classe dominante?!

Nas palavras de Linzmeier (2014), os termos contemporaneidade (FRIDMAN, 2000; VATTIMO, 1985), pós-modernidade (FRIDMAN, 1999, 2000; HALL, 2005; HARVEY, 1992; LYOTARD, 2000), modernidade tardia (GIDDENS, 1991, 2002; HALL, 2005), sociedade de risco (BECK, 1992), modernidade líquida (BAUMAN, 2004, 2006), hipermodernidade (LIPOVETSKY, 2004) e sociedade em rede (CASTELLS, 1999), apesar de não significarem um rompimento total com a era moderna, têm como valor essencial o redimensionamento do mundo através das ideias de transformação, fragmentação e reinvenção

Assim, tais expressões transformaram-se em fatores determinantes na nova sociedade contemporânea, modificando e ampliando as relações de trabalho (LINZMEYER, 2014).

Consequentemente, surgem novos formatos de trabalho, daí inserindo-se o tema central do presente trabalho - altos executivos, e seus estilos de vida.

Gaulejac (2007) *apud* Tonon, Grisci (2015) conceitua a gestão gerencialista:

Sob uma aparência objetivista, operatória e pragmática, a gestão gerencialista é uma ideologia **que traduz as atividades humanas em indicadores de desempenhos**, e esses desempenhos em custos ou benefícios. Indo buscar do lado das ciências exatas uma cientificidade que elas não puderam conquistar por si mesmas, as ciências da gestão servem, definitivamente, de suporte para o poder gerencialista. Elas legitimam um pensamento objetivista, utilitarista, funcionalista e positivista. Constroem uma representação do humano como um recurso a serviço da empresa, contribuindo, assim, para sua instrumentalização. (Gaulejac, 2007, pag. 36)

Assim, o homem passa a ser representado como recurso a serviço da empresa. Mas isso de forma alguma é perpassado como algo negativo – essa é uma das várias acepções do gerencialismo.

Boltanski e Chiapello (2009) *apud* Tonon, Grisci (2015) definem o gerencialismo, a partir das ideias de Dumont, como o “conjunto de crenças compartilhadas, inscritas em



instituições, implicadas em ações e, portanto, ancoradas na realidade”. Nesse sentido, as ações relativas à ideologia alcançam as especificidades relativas ao mundo organizacional e do trabalho, em especial.

A construção de um modo de ser executivo se vê, por vezes, na divulgação de uma imagem idealizada para esses profissionais (ITUASSU, TONELLI, 2014).

Hoje não haveria um só instante na vida dos indivíduos que não seja modelado, contaminado ou controlado por algum dispositivo”. Nessa perspectiva, o dispositivo pode ser considerado como uma máquina de governo, pois apesar de livres, estamos sempre sujeitados a um poder (Agamben, Olbermann; Oliveira; Capaverde; Grisci).

Assim, a influência da subjetividade e da Análise do Discurso estão veementes direcionando os novos conceitos e formatos de trabalho.

Nesta sociedade, concebida como hipermoderna, não mais se aceita o meio termo, uma vez que a busca pela excelência se tornou a força motriz das relações.

É a partir deste cenário, embebido pela cultura dos excessos e totalmente avesso ao mínimo existencial, que se verifica como essa cultura hipermoderna influenciou nas relações de trabalho.

Delbridge e Keenoy (2010) *apud* Tonon, Grisci (2015) retratam essa concepção gerencialista e como a mesma trata com naturalidade as políticas de dominação, baseando-se em uma falsa neutralidade.

Mansano (2007) *apud* Agamben, Olbermann; Oliveira; Capaverde; Grisci entende que a partir dos conceitos deleuzianos e foucaultianos se pode compreender a necessidade da criação de uma sociedade regulada por “dispositivos de controle”. Dela decorre um endurecimento das relações interpessoais, cada vez mais mediadas por tais dispositivos de controle.

Assim, a cultura do agora, baseada nessa sociedade líquida-moderna, mascara o sofrimento ou o mecanismo de poder ou dominação e faz com que o homem se torna extensão da máquina, sem perceber.



Segundo Pelbart (2000) *apud* Tonon, Grisci (2015) a conexão entre trabalho e subjetividade

[...] implica pensar os modos como as experiências de trabalho conformam modos de agir, pensar, sentir e trabalhar associados aos momentos definidos – mais ou menos duráveis – que evocam a conexão entre diferentes elementos, valores, necessidades e projetos (Tittoni & Nardi, 2006, p. 278).

A subjetividade, portanto, não consiste em algo abstrato, na medida em que trata “das formas de vida, das maneiras de sentir, de amar, de perceber, de imaginar, de sonhar, de fazer, mas também de habitar, de vestir-se, de se embelezar, de fruir, etc.” (Pelbart, 2000, p. 37).

É a partir dos inúmeros mecanismos de controle que essa sociedade gerencialista expõe seus anseios, pregando a cultura da eficiência e da eficácia, bem como a glamourização do mundo executivo, e, ainda, fantasiando as constantes pressões vivenciadas no dia a dia, cultuando comportamentos normopatas (Dejours 1999).

É uma normalidade falsa ou apenas aparente; melhor dizendo, é uma normalidade estereotipada ou uma hipernormalidade reativa, decorrente de um processo de defesa sobre adaptação defensiva (Dejours 1999).

Por fim, percebe-se que ao produzir um indivíduo que se vê seduzido pelo glamour, a gestão gerencialista apresenta sua faceta de máquina produtiva e de controle social, uma vez que os estilos que dela resultam são estilos de vida – que se tornam, na verdade, comportamentos ansiados pela grande maioria dos trabalhadores na pós-modernidade.

4. O GERENCIALISMO, SUBMISSÃO DOS CORPOS E A SAUDE MENTAL DO TRABALHADOR

São inúmeras as correlações entre o gerencialismo e a submissão de corpos. O Gerencialismo pode levar a uma cultura organizacional na qual os gerentes são vistos como controladores e os trabalhadores são vistos como meros executores de tarefas.

Isso pode levar a uma diminuição da satisfação no trabalho e à falta de motivação dos trabalhadores, o que pode acabar resultando em uma total submissão de corpos e exploração no



trabalho associada à desvalorização do trabalho humano, que é visto apenas como uma fonte de lucro para os empregadores.

A exploração no trabalho muitas vezes está relacionada ao abuso de poder por parte dos empregadores, que utilizam sua posição hierárquica para impor condições de trabalho desfavoráveis aos empregados.

Foi sob este contexto que se aborda essa relação entre gerencialismo, hiperfuncionamento, submissão dos corpos e relações de poder.

Gonçalves (2018) expõe que

O modo de trabalhar mudou consideravelmente nos últimos anos. Sobre isso já discorreremos e destacamos gestões no novo mundo do trabalho e o perfil de um trabalhador que hiperfunciona. Os riscos psicossociais se revelam como uma percepção subjetiva do indivíduo no respeitante aos aspectos do trabalho. (...) Assim, não nos referimos as preocupações tradicionais de cunho objetivo (fatores químicos, físicos e biológicos) mas sim ao processo de subjetivação que envolve o trabalhador, sobretudo, com relação a sua saúde. (Gonçalves, 2018, pg. p. 162)

Segundo Moro e Amazarray (2019) a mobilização subjetiva dos sujeitos, aliada à valorização do desempenho e da competitividade preconizadas pela gestão, possibilita que a dita “autonomia” gerencialista se transforme em responsabilização.

Esse perfil é importante de ser traçado tendo em vista a necessidade de se entender como o processo de subjetivação é feito neste contexto. Inclusive, percebe-se que o trabalho foi colocado como status na sociedade e muitas das vezes passa a ocupar lugar de relevância e supremacia na vida do ser humano. Assim, o trabalhador passa a colocar incorporar o ideal do trabalho pela cultura da urgência e da excelência.

Quando não há o processo de subjetividade, o próprio sistema cobra esse tipo de comportamento. Conforme declara o autor do livro *Como você mede sua vida?* sobre o efeito do trabalho na vida pessoal dos executivos:

Vi dezenas de profissionais bem-sucedidos acabarem infelizes, sem amigos ou relacionamentos profundos, no lugar mais solitário onde se pode estar. O que torna a equação entre carreira e vida pessoal ainda mais difícil é que nem sempre ela se resume a um acerto de horas. O crescimento de ansiedade no trabalho faz com que ele ocupe um espaço psicológico cada vez maior. É algo quase impossível de medir.



Mas muitas vezes ir para casa, para o cinema ou mesmo deitar para dormir não significa que o expediente acabou. (Christesen, 2010, p.36)

Begue; Dejourns (2010) *apud* Gonçalves (2018) expõe que as relações entre suicídio de trabalho já ventilaram uma tríplice abordagem na psicodinâmica do trabalho. Os vetores consideraram o estresse, uma análise estruturalista e uma sociogenética.

É importante que haja uma mudança de paradigma sob esses dois vieses, em que o trabalho seja valorizado como um elemento fundamental para o desenvolvimento humano e social; o primeiro, que o ser humano internalize que há necessidade de mudança de perspectiva, o segundo, que o próprio universo corporativo também o faça.

Gaulejac (2007) demonstra como o universo corporativo impulsiona essa cultura do trabalho, de forma indireta, onde expõe que o primeiro sinal dessa força do grupo sobre o indivíduo é a importância do pertencimento à empresa, ou seja, àquele dado coletivo. Pertencer não significa apenas um vínculo formal do trabalho, mas uma identidade empréstimo.

Dantas (2013), em *A crítica de Arendt a Marx* demonstra como essa análise aprofundada é importante para a temática:

É certamente na sua obra *A condição humana* que a autora de *As origens do totalitarismo* tece suas mais fundamentadas críticas a Marx e desenvolve uma peculiar concepção de trabalho a partir da qual estabelecerá sua crítica à Teoria Marxista do trabalho. Aquelas ideias de Arendt por vezes tem sido reafirmadas como uma refutação a Marx ou, pelo menos, como algo que permitirá enquadrá-lo, com destaque, na galeria dos glorificadores do trabalho pelo trabalho, do produtivismo pelo produtivismo. O grande problema que pode ser detectado naquela empreitada é a sua leitura bem particular de Marx e, em especial, da categoria de trabalho em Marx. (Dantas, 2013, p. 2).

Assim, conforme exposto é imediata a necessidade de uma reformulação nos ideais do trabalho, a fim de promover uma alteração pessoal e social da forma como se vê a excelência de um trabalhador.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A concepção tradicional de subjetividade, ligada à interioridade psicológica, foi questionada por filósofos que buscaram um entendimento mais amplo do conceito. Félix Guattari, por exemplo, afirmou que a subjetividade não podia ser centralizada no indivíduo e sim considerada como um processo de produção, resultante da apreensão parcial que o humano



realiza de elementos presentes no contexto social. Para Foucault, o sujeito é historicamente constituído sobre a base de determinações que lhes são exteriores, e existem três modos de subjetivação: a objetivação do sujeito falante na gramática ou na linguística, a objetivação do sujeito produtivo na economia e na análise das riquezas e as práticas divisoras, que estabelecem as diferenças entre indivíduos. Assim, a noção de subjetividade deve ser pensada para além da interioridade psicológica, como uma construção coletiva viva em constante transformação.

Uma noção de diferentes tipos de subjetividades emergiu das obras de Foucault, que também foram inspiradas nos ideais de Nietzsche. Isso levou a um questionamento dos modelos adotados nas sociedades modernas. A análise do discurso projetou uma nova visão de estilo de vida na sociedade gerencialista. A análise do discurso trabalha com o significado, em vez do conteúdo do texto, e é constituída pela formulação de ideologia + história + linguagem. A ideologia é a posição do sujeito ao subscrever a um discurso, enquanto a história representa o contexto sócio-histórico, e a linguagem gera "pistas" do significado que o sujeito pretende dar.

A análise do discurso vai além do texto, com representações que vêm de sentidos previamente experimentados, trazendo um interdiscurso impregnado de conceitos objetivos de uma coletividade, mas que criam uma falsa ilusão de autonomia e independência quando, na verdade, é o resultado de uma memória coletiva. Portanto, é importante analisar a relação entre o espaço urbano e os processos de subjetificação. A criação deste sujeito contemporâneo na sociedade líquido-moderna está se tornando cada vez mais exigente, com reflexos óbvios na vida dos trabalhadores. Os termos contemporaneidade, pós-modernidade, modernidade tardia, sociedade de risco, modernidade líquida, hipermodernidade e sociedade em rede se transformaram em fatores determinantes na nova sociedade contemporânea, modificando e ampliando as relações de trabalho.

Como resultado, novas formas de trabalho surgem, incluindo o tema central deste trabalho, altos executivos e seus estilos de vida. A sociedade capitalista de superprodução produz subjetividades constituídas por práticas de submissão ao capitalismo atual, como o "sujeito consumidor" ou, como Foucault prefere, o "sujeito competitivo" que investe em si mesmo para aumentar seu "capital humano", à medida que o maior impacto do mercado na



sociedade produz uma sociedade empreendedora. No entanto, a questão permanece se essas representações são livres e autônomas ou apenas distantes dos interesses da classe dominante.

A correlação entre o gerencialismo e a submissão dos corpos é evidente. Essa abordagem de gestão pode levar a uma cultura organizacional em que os gerentes são vistos como controladores e os trabalhadores são considerados meros executores de tarefas. Isso pode resultar em diminuição da satisfação no trabalho e da motivação entre os trabalhadores, levando à completa submissão dos corpos e à exploração do trabalho humano como fonte de lucro para os empregadores. O abuso de poder pelos empregadores, que usam sua posição hierárquica para impor condições de trabalho desfavoráveis, é frequentemente associado à exploração do trabalho.

A percepção subjetiva do indivíduo em relação ao trabalho é um aspecto essencial desse fenômeno. Trabalhadores que hiperfuncionam podem estar sujeitos a riscos psicossociais, que podem resultar na transformação da autonomia gerencial em responsabilidade. O trabalho se tornou um símbolo de status na sociedade, e muitos indivíduos incorporam o trabalho em sua identidade. A cultura de urgência e excelência que cerca o trabalho pode causar ansiedade e impactar negativamente a vida pessoal. O foco na ética do trabalho e a desvalorização do trabalho humano resultam em um fenômeno sociológico que afeta o indivíduo e a sociedade como um todo.

Uma mudança no paradigma em relação ao trabalho é necessária, em que o trabalho é valorizado como um elemento fundamental para o desenvolvimento humano e social. O indivíduo deve internalizar essa perspectiva, e o mundo corporativo também deve abraçar essa mudança. A cultura de pertencer a uma empresa, que se tornou um aspecto significativo da identidade, deve ser examinada criticamente. Em conclusão, o impacto do gerencialismo na submissão dos corpos é uma questão sociológica complexa que requer análise e reflexão crítica adicionais.

REFERÊNCIAS



BAUMAN, Z. (2007). Vida líquida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

CAREGNATO, R. C. A; MUTTI, R. Pesquisa Qualitativa: Análise do Discurso *versus* Análise de conteúdo. 2006.

CHRISTENSEN, Clayton. Como medir sua vida. São Paulo: Alta books, 2010.

DANTAS, Gilson. A crítica de Hanna Arendt a Karl Marx. Revista Sociologia em rede, vol. 3. Goiânia, 2013.

DEJOURS, C. A banalização da injustiça social. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

FERREIRA NETO, J. L. A analítica da subjetivação em Michel Foucault. São Paulo: Polis e Psique, 2017.

FERREIRA NETO, J. L. Psicologia, políticas públicas e o SUS. São Paulo: Escrita, Faperring, 2011.

GAULEJAC, V. Gestão como doença social: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social. Aparecida: Idéias & Letras, 2007.

GONCALVES, Liciane Faria Traverso. Não aguento mais! Análises jurídicas e transdisciplinares do autoextermínio. Belo Horizonte: Edições Superiores, 2018.

LINZMEYER, S. M. V. V. Carreiras contemporâneas: responsabilidade pessoal e desafios da trajetória profissional. (Tese de Doutorado), Programa de Pós-graduação em Psicologia, Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

LÓPEZ-RUIZ, O. J. Da “profissão” à “carreira”: o caso dos executivos das transnacionais. Teoria e Pesquisa: Revista de Ciência Política. Recuperado a partir de <http://www.teoriaepesquisa.ufscar.br/index.php/tp/article/view/181/147>. Acesso em 10/03/2023.

MANSANO, S. R. V. Sujeito, Subjetividade e modos de subjetivação na contemporaneidade. São Paulo: Revista de Psicologia da UNESP, 2009.





MORO, A. L. C.; AMAZARRAY, M. R. Trabalho, subjetividade e gestão gerencialista: um estudo com trabalhadores do comércio. *Cadernos De Psicologia Social Do Trabalho*. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.1981-0490.v22i2p117-130>. Acesso em 10/03/2023.

OLBERMANN, J.; OLIVEIRA, L. P.; CAPIVERDE, C; GRISCI, C. L. Dispositivos de sedução à vida executiva: visão de estudantes fase final de formação universitária. *Pensamento & Realidade*, v. 32, n. 2. , 2017.

REVEL, Judith. Michel Foucault: conceitos essenciais. Tradução Maria do Rosário Gregolin. São Carlos: Claraluz, 2005.

TONON, L.; GRISCI, C. L. Gestão Gerencialista e Estilo de Vida de Executivos. vol. 16, nº1. São Paulo: Revista de Administração Mackenzie, 2015.